

CONSTRUÇÃO E RESISTÊNCIA DA EDUCAÇÃO RIBEIRINHA: Análise da Escola Municipal Anjo da Guarda, Localizada no Rio Maracapucu-Miri, Abaetetuba- PA

Tassia do Rego Luz¹

Resumo

Este trabalho tem por objetivo, mostrar o processo de construção e resistência educacional, com ênfase para a Escola Municipal Anjo da Guarda, por meio dos processos de lutas os quais derivaram da atuação de agentes sociais, sustentados por uma resistência coletiva. Metodologicamente, optou-se pela pesquisa documental acerca do tema e da realidade do objeto em discussão, entrevistas e recursos cartográficos. Os primeiros resultados nos permitem a conclusão de que a resistência educacional ribeirinha foi sustentada por agentes sociais influenciados pelo desejo e pela esperança de superação dos obstáculos, dando aos sujeitos inseridos nesse processo a oportunidade de usufruir de uma educação voltada para a sua realidade. Foi percebido também que a escola ribeirinha é um elemento de grande importância na comunidade que se insere e que necessita de políticas públicas para que sua identidade seja conservada e perpassada a outras gerações.

Palavras-chave: Educação Ribeirinha, Agentes Sociais, Resistência.

Introdução

A educação no Brasil enfrenta vários desafios, considerando as várias barreiras impostas principalmente pelo Estado que não se ajusta aos dispositivos legais constitucionais e acaba não recebendo os devidos investimentos, estes que são disponibilizados ano após ano com déficit pelo Governo Federal. Quando tratamos da educação na Região Amazônica, tendo em vista a predominância da educação rural, os problemas multiplicam-se, visto que a falta de investimento é predominante nesta região.

Isso ganha mais proporção devido à dificuldade de deslocamento e a falta de reconhecimento da identidade ribeirinha. Sabe-se que o processo educacional no campo e principalmente envolvendo a questão educacional ribeirinha, acaba sendo sucateado ainda mais, onde é de suma importância salientar que o contexto de resistência educacional precisa ser questionado com mais intensidade, pois a educação é algo que cada vez mais torna-se um objeto de disputas e cercada de desafios. Para isso, é necessário realizar ações que procurem gerar ou manter resistências contra hegemônicas, no qual as lutas precisam ser sustentadas pelos movimentos sociais que nem sempre convergem com o projeto de poder do Estado, no qual tem mantido status e soberania fundamentados no capital.

¹ Graduanda do curso de Licenciatura e Bacharelado em Geografia com Ênfase em Desenvolvimento Territorial Rural, pelo Programa de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e Universidade Federal do Pará - UFPA. Email: tassialuz22@gmail.com.

Quando me refiro em resistência, é preciso partir de um lugar, e este lugar deve ser o da identidade, superando a inferiorização e mostrando que as populações ribeirinhas desde o seu processo histórico até os dias atuais tinham objetivos a almejar, mostrando sua importância, seu posicionamento e suas concepções de futuro.

Nessa discussão, daremos ênfase para os principais contextos de resistência na educação ribeirinha, baseado na construção histórica de disputa pela hegemonia na determinação da gestão educacional local, ocorrendo o impacto por todos os outros sistemas (global, nacional, estadual e regional). Pensar em educação ribeirinha e nos sujeitos que estão inseridos é um grande desafio. E isso é analisado através das condições socioeconômicas e educativas desses sujeitos, que se comparadas às dos que vivem na área urbana, estes se sobressaem em termos de economia e educação.

Se forem destacados os aspectos educacionais ribeirinhos, serão percebidas uma grande decadência e fragilidade, pois segundo o Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa Anísio Teixeira- INEP (2016), o percentual de matriculados que estudam em escolas com esgoto sanitário, abastecimento de água e energia elétrica que na maioria, são as escolas urbanas, é de 98,6%, e a menor parcela daqueles que não tem acesso a esses recursos que são os das escolas rurais, o percentual é de 87,8%. Dessa forma, são evidenciados os anseios dos sujeitos da zona rural e o quanto necessitam de políticas públicas voltadas para sua realidade.

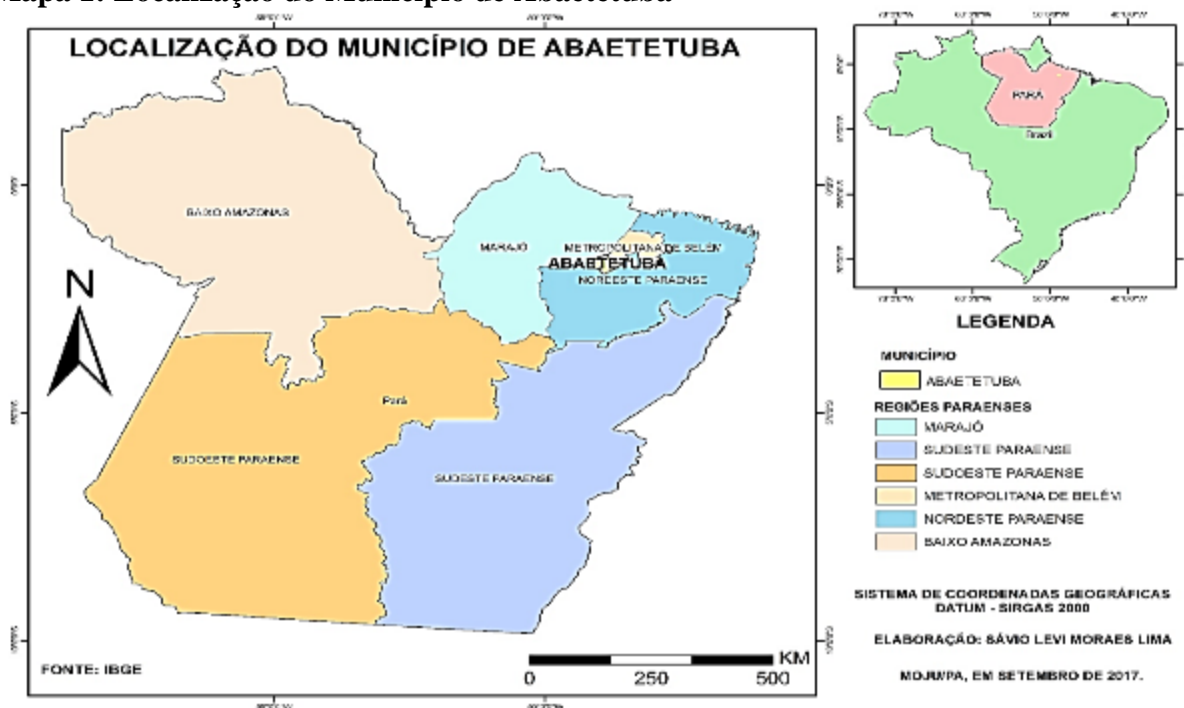
Serão pautados aqui os principais contextos de resistência na educação ribeirinha, mostrando como ela foi sendo construída a partir dos processos de lutas e inserção de agentes sociais participante no mesmo. Nosso foco estará pautado especificamente na Escola Municipal Anjo da Guarda que fica localizada no rio Maracapucu-Miri², denominada de “zona rural das ilhas” no município de Abaetetuba. Portanto, faz-se necessário destacar que é por meio dessa resistência na educação sustentado pela identidade, que o município (incluindo zona urbana e especificamente a zona rural), construirá alicerces de democracia, desenvolvimento, progresso e cidadania.

² O nome do rio significa território de pajés e foi dado pelos primeiros habitantes daquela época.

Contexto Histórico do Município de Abaetetuba

Abaetetuba é um município do Estado do Pará, pertencente à Microrregião de Cametá³ e da Mesorregião do Nordeste Paraense, com uma extensão territorial, segundo o INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), de 1.610,75 km. A distância do distrito sede à capital do Estado é, em linha reta, de 60 km e de 110 km por via rodoviária [...], segundo Ferranti (2013 apud SOUSA, 2009; MACHADO, 2008; GESPAN, 2004). O município está localizado às margens do Rio Maratauíra⁴ e sua população segundo o último censo do IBGE (2010), é de 141.100 habitantes, sendo que a população urbana é de 83.804, e a população rural de 57.296 habitantes aproximadamente. Somando formam o 7º município paraense mais populoso.

Mapa 1: Localização do Município de Abaetetuba



Organização: Sávio Levi Moraes Lima

Historicamente, Abaetetuba iniciou-se com o processo de colonização. Segundo Ferranti:

³ A Microrregião de Cametá é composta pelos municípios de Abaetetuba, Baião, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba e Oeiras do Pará.

⁴ Sendo afluente do Rio Tocantins, é o rio que banha o município.

A fundação de Abaetetuba inclui-se no amplo processo de colonização da região amazônica, empreendida pelos portugueses, que viram “suas terras” invadidas ou ameaçadas de invasão por franceses, ingleses, holandeses e espanhóis durante os séculos XVI e XVII. (FERRANTI *apud* SOUSA, 2013, p.2)

Em 1724, o português Francisco Azevedo Monteiro, que era dono de uma sesmaria localizada no rio Jarumã⁵, juntamente com sua família, chegou e tomou posse da terra. Ele enfrentou uma forte tempestade na Baía do Marajó que o fez aportar no dia 08 de dezembro às margens do rio Maratauíra⁶, no qual ergueu uma capela pagando a promessa por ter sido salvo e a dedicou à padroeira do povo Abaetetubense, que é a Nossa Senhora da Conceição.

Ocupou as terras e ao redor da capela foi surgindo um povoado, que Francisco Azevedo Monteiro chamou de povoado Nossa Senhora da Conceição de Abaeté, estabelecendo como objetivo a apropriação das riquezas existentes na localidade como por exemplo cravo, canela, cacau, dentre outras.

Outra família de importante participação nesse cenário foi a de Manoel da Silva Raposo, que mudou-se para Abaeté junto com Aluísio Conrado Pfeil⁷, juntos organizaram o vilarejo e reergueram a antiga capela. Alinhou as casas, surgindo dessa forma as ruas e construiu também o único cemitério da cidade, atraindo então outras pessoas que foram atuantes para o desenvolvimento local do município de Abaetetuba.

Antes do município ser chamado pelo nome que é hoje, era denominado apenas de Abaeté, nome de origem tupi que significa “homem forte e valente”, mas como havia um município mineiro que já possuía esse nome, foi acrescentado “tuba”, que é proveniente também de origem tupi que significa “lugar de abundância”, sendo chamado então de Abaetetuba, mas que no meio popular, os habitantes ainda costumam chamar de Abaeté.

Ao longo dos 122 anos de existência do município (1895- 2017), os governos que comandaram as estruturas administrativas, política e jurídica, representaram as forças do município, tanto por indicação, como por eleições democráticas. Dessa forma, os governos nesse período obedeciam ao comando ditado pelos governos federal e estadual.

Segundo Ferranti:

⁵ Território de Abaetetuba.

⁶ Também conhecido como Meruí.

⁷ Padre jesuíta alemão que já catequisava a tribo dos índios abaetés.

Administrativamente o município (Abaetetuba) ficou a maior parte do tempo dirigido por intendentess, depois prefeitos, todos nomeados por interventores estaduais que se tornaram, em seguida, governadores do Estado. Esses intendentess e prefeitos municipais estiveram a sua maioria, a serviço das oligarquias estaduais. (FERRANTI *apud* SOUSA, 2013, p.15)

Com o fim da ditadura (1964- 1985) ou mesmo durante ela, forças sociais, a Igreja Católica, e outras entidades como pescadores, professores trabalhadores rurais foram se estruturando, formando associações, sindicatos, centrais sindicais posicionados contra a burguesia. E isso não foi diferente no município, no qual na década de 70, foram criadas organizações sociais capazes de se articularem promovendo ação e intervenção na sociedade, e isso de uma forma ou de outra atuou tanto na zona urbana, quanto na rural (que nesse caso, uma das ilhas do município é o foco da pesquisa).

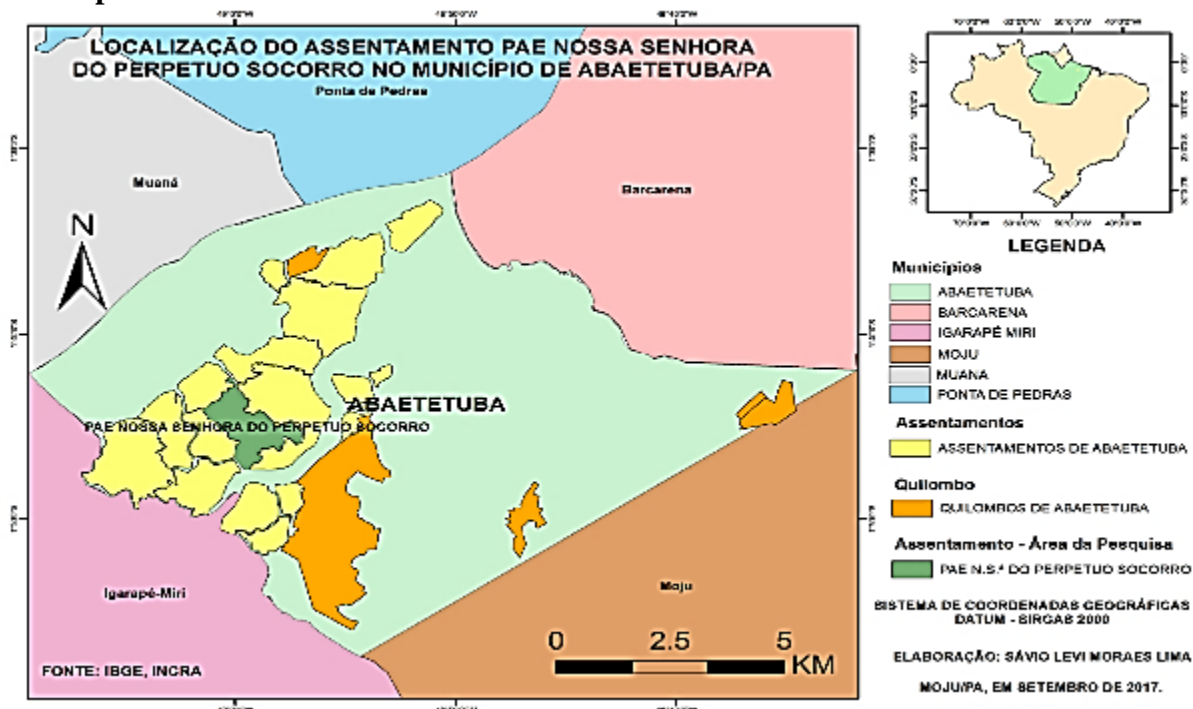
Faz-se necessário mostrar a divisão geográfica da zona rural, que são divididas em zona rural das ilhas e zona rural do centro⁸, e nesse caso está sendo trabalhada especificamente uma das 72 ilhas (que podem ser projetos de assentamento ou território quilombola), no qual ficam localizadas à oeste do município e recebem água de vários rios formando o complexo hidrográfico da região, com características próprias e uma realidade bem diferente do restante do município, principalmente na área educacional, na qual ainda sofre com o descaso por parte do poder público.

Convém ressaltar que Abaetetuba se constitui, também, com um histórico muito importante na zona rural das ilhas, no qual ocorreu um protagonismo muito importante do movimento social dos trabalhadores rurais, no qual implantaram o Projeto de Assentamentos Agroextrativistas (PAE) nas ilhas, mencionado anteriormente. Assim, são 16 PAEs⁹ ao todo, incluindo 64 ilhas, no qual a escola de pesquisa fica localizada na ilha de Maracapucu - Miri, sendo pertencente ao PAE - Nossa S.r.^a do Perpétuo Socorro. A zona rural das ilhas também é formada por território quilombola (formado através do refúgio originado da escravidão no período de “Descobrimento do Brasil”. Como forma de busca pela liberdade, formaram-se os quilombos, predominando assim, essa forma de resistência, sendo composto por 8 quilombos ao todo. Essa contextualização é mostrada no mapa a seguir.

⁸É constituída de 35 colônias e o distrito de Beja, que é um dos pontos turísticos da região.

⁹ PAEs- ilhas: Paruru, Piquiarana, Piquiarana- Mirim, Uruá I, Nossa S^a da Paz, Nossa S^a das Graças. Nossa S^a de Nazaré, Nossa S^a do Perpétuo Socorro, Santa Maria, Santo Afonso, Santo Antônio I, Santo Antônio II, São Francisco de Assis. São João Batista, São João Batista II e São Raimundo.

Mapa 2: Localização do Assentamento PAE - Nossa S.r.^a do Perpétuo Socorro no Município de Abaetetuba/PA



Organização: Sávio Levi Moraes Lima

O cenário educacional no município de Abaetetuba e principalmente nessas ilhas (assentamentos e quilombos) e centros, a situação da rede municipal de ensino é muito deficiente. Para isso, é necessário primeiramente, pautar aqui a importância da escola para um determinado povo, nesse caso, os sujeitos ribeirinhos.

Escola Ribeirinha: Espaço Importante para a Construção da Resistência e da Identidade

É evidente que a educação é fundamental para aqueles que desejam uma sociedade melhor, para isso faz-se necessário mencionar a escola como um componente fundamental do processo educacional. Segundo Hage e Junior:

A escola é o espaço onde o ato educativo se concretiza no maior espaço do tempo. Falar de escola é falar de um lugar alegre, dinâmico, mas também, sério e competente. A alegria não é antagônica ao comprometimento. Falar em escola é pensar em educação, em docência, em ensino-aprendizagem. Para tanto, obviamente, faz-se necessário que as escolas estejam preparadas para desenvolver

um ato educativo que possa, de fato, instigar uma formação cidadã aos alunos, de forma significativa e relevante. (HAGE; JUNIOR, 2013 *apud* FREIRE, 1991)

Percebemos a grande importância da escola para a comunidade, pois através dela ocorre a formação pessoal, sendo de grande importância a construção da identidade ribeirinha, a profissional e social do sujeito. Além também da construção da resistência deste.

Ela apresenta um papel fundamental na sociedade, na qual uma de suas finalidades é inserir os sujeitos em um círculo social, o qual os mesmos passam a obedecer às normas e se habitam a uma rotina. Além disso, ela transfere conhecimentos a esses sujeitos e também os conceitos básicos de vida da sociedade. Essa transferência de conhecimentos é percebida através da mediação entre aluno e professor, no qual este domina conteúdos que devem ser transmitidos sem perder o caráter do cotidiano, permitindo ao aluno sua conclusão particular. Mas para que todo esse processo ocorra é necessário um ambiente escolar para que os instrumentos utilizados, tanto materiais pedagógicos, como a própria ação pedagógica resultem em uma ampliação de possibilidades de intervenção no meio em que os sujeitos estão inseridos.

Nos primeiros anos da vida escolar, a escola tem a responsabilidade e o compromisso de socialização dos alunos, visto que esta é necessária para a compreensão do funcionamento da vida, entendendo a função dos direitos e deveres do cidadão. Essa socialização está relacionada com a interação entre os sujeitos no interior da instituição escolar, dessa forma, a escola poderá se organizar, refletir sobre sua prática e trabalhar para formar cidadãos capazes de viver em sociedade. Isso acontece porque nessa fase os aspectos básicos da vida como o respeito e a convivência social são ensinados também nas escolas visto que uma criança ou um adolescente nesse período estão na fase de assimilação mais rápida que um adulto, influenciando assim, o aprendizado mais acelerado e a construção do discernimento psíquico e social desses.

É de suma importância entender a importância do surgimento da escola, na qual esta, tem uma relação com a família, e estes dois são eixos fundamentais no desenvolvimento do ser humano, sendo este dependente exclusivamente de um espaço que possam ser realizadas suas demandas e carências. Dessa forma, será salientado aqui o processo histórico da escola em discussão.

Aspectos Históricos da Escola

O objetivo aqui é resgatar alguns aspectos da trajetória histórica que envolve a construção do primeiro espaço educacional, que foi o pontapé inicial para a existência da atual escola da comunidade. E para melhor compreensão dos propósitos aqui estabelecidos serão destacadas três fases da história da escola, e como esta foi sendo construída através de um intenso processo de lutas e resistência, dando origem à escola que ainda prevalece nos dias atuais.

De início saliento a primeira fase histórica na qual se iniciou o processo de construção da escola. No ano de 1983, as aulas eram realizadas em três casas diferentes de moradores da comunidade. A primeira casa era do sr. José Negrão, no qual o professor era o sr. Benedito da Silva (formado em Matemática) que lecionava para cinco alunos. A merenda era feita na lenha pela esposa do dono da casa, e os alunos chegavam através de casco a remo; a segunda casa era da dona Célia Viégas, no qual a mesma era a merendeira e também professora (formada em Língua Portuguesa), e lecionava para oito alunos, estes que se deslocavam também através de casco a remo; e a terceira casa era da professora Suzana Lobato (formada em Ciências Naturais) que ministrava aula para cinco alunos, mas no caso da merenda tinha auxílio da sua filha que também assistia aula e o deslocamento era igual aos anteriores, aspectos esses presenciados nessa época e ainda hoje, mas com menos intensidade.

Essa foi uma fase de intensas dificuldades, pois a estrutura não favorecia a realização das atividades, pois não detinham de recursos necessários que uma escola do campo necessita não que isso fosse empecilho para aqueles sujeitos, pelo contrário, realizavam suas atividades com determinação, segundo relatos de um dos professores da época

Não tinha energia, aí a gente tinha que usar a lamparina pra corrigi os trabalhos e preparar a aula do dia seguinte; a gente tinha que fazer a merenda e sentava no chão pra estudar e merendar; os alunos chegavam a remo porque naquela época era nosso meio de locomoção. Hoje ainda tem, mas com menos intensidade. Mesmo com todos esses obstáculos a gente não pensava em desistir porque a gente tinha um sonho que era ter uma escola de qualidade. (LUZ, 2017)¹⁰

¹⁰ Benedito da Silva Luz, ex-professor que lecionava na época– Entrevista: 01/09/2017.

Como foram percebidas na fala do professor, as inúmeras dificuldades enfrentadas pelos sujeitos naquela época não foram empecilhos que interferiram na continuidade da construção da escola, pois para eles a educação era algo que sustentaria a comunidade e a transformaria. Como menciona (LOPES, 2009, p.23) “a educação como aprendizagem, desenvolvimento, formação, acesso à cultura, ao saber acumulado pela humanidade, espaço de encontro entre gerações, entre conhecimentos, entre pessoas que constroem histórias”.

Com objetivo de dar continuidade ao processo de resistência, os sujeitos inseridos resolveram expandir e quebrar as correntes que os aprisionavam. Dessa forma, reuniram todos os alunos em apenas um local, iniciando outra fase do contexto educacional da comunidade. Para que isso ocorresse, foi necessário um diálogo sem hierarquização de saberes e conhecimentos, todos com o mesmo objetivo de vencer. Os processos educativos naquele momento significavam muito para a população local daquela comunidade, mesmo que para o Estado isso não tivesse valor algum por parecer algo “minúsculo” para eles.

Esse espaço que abrangeria os 18 alunos, foi cedido pela Igreja Cristã Evangélica da comunidade no ano de 1997, para os professores e alunos realizarem as aulas, até conseguirem o apoio do município e da comunidade também, para construir uma estrutura que viesse a ser a primeira escola da comunidade, porque esse era o sonho almejado.

A construção de um novo espaço não vem desmerecer os anteriores, mas sim mostrar que as dificuldades enfrentadas anteriormente serviram como um grande exemplo de resistência e que o povo ribeirinho necessita de práticas educacionais coerentes com a sua realidade e para que isso ocorra, necessita-se de uma estrutura com recursos e formação acadêmica que prepare o professor para uma boa ação pedagógica. Portanto, assim como os alunos das escolas urbanas, os das escolas ribeirinhas necessitam de um ensino qualificado pelos professores para que assim, haja a disseminação de conhecimentos.

Para adentrarmos no contexto da atual escola, é necessário contextualizar a importância das populações ribeirinhas, suas práticas educacionais e o que as diferem e as tornam resistentes na sociedade em que vivemos.

A Importância das Populações Ribeirinhas

Para entendermos a importância da construção e resistência educacional ribeirinha, faz-se necessário mencionar aqui que entre as populações que habitam a região do meio rural,

encontram-se os indígenas, extrativistas, assentados, pescadores, agricultores familiares, colonos, imigrantes, e os ribeirinhos (assentados ou quilombos), que em meio às demais populações, se destacam por apresentarem em suas práticas, traços culturais que vêm dos diferentes povos, sejam eles de indígenas, de imigrantes portugueses, de imigrantes nordestinos e de populações negras.

As populações ribeirinhas começaram a ganhar visibilidade e reconhecimento dos seus direitos a partir da década de 80, no qual começaram a se organizar politicamente, mostrando dessa forma frutos de resistência sendo almejado com a inserção dos movimentos sociais, ressurgimento de um sindicalismo ativo, e o reconhecimento em âmbito internacional da importância dessas populações.

As populações ribeirinhas apresentam um modo particular de vida em vários aspectos, tais como o uso do território, manejo dos recursos locais, no estabelecimento das relações sociais de trabalho. Com isso, essas populações passam a ser detentoras de amplo saber sobre o território amazônico desenvolvendo assim, atividades culturais, sociais, políticas e educacionais. Esse uso passa a definir as características peculiares do cenário ribeirinho, mostrando a riqueza sociocultural, ambiental e territorial que envolve essas populações e os desafios que emergem, quando tratamos principalmente, do contexto educacional.

Quando se trata do cenário ribeirinho, podem-se perceber intensos desafios referentes à educação, como problemas de inclusão social, dificuldades encontradas na adaptação com a sala de aula ao sair da universidade, sendo que esta, na maioria das vezes é apenas uma instrumento para a teoria, carência nos materiais pedagógicos, e os grandes problemas de estrutura física, pois é notório perceber esses fatores com mais intensidade no contexto ribeirinho devido ao descaso do poder público, no qual os mesmos não investem ativamente em políticas públicas voltadas para essa realidade, e o acesso a determinadas comunidades também dificulta a chegada dos poucos investimentos do governo.

Isso vem ocorrendo, pois o povo ribeirinho visto do olhar “moderno”, ainda é tido como caboclo atrasado, que só evoluirá de uma forma linear, quando ele tiver acesso aos bens da vida “moderna”, não sendo levados em conta seus saberes pelo pensamento hegemônico social. Mas, apesar desse contexto, as populações ribeirinhas usufruem de um parâmetro de resistência muito importante para atual realidade, no qual lhes dão suporte na superação das barreiras impostas pelo preconceito que as classificam como incapazes e inaptos para a sobrevivência na sociedade.

O parâmetro de resistência das populações ribeirinhas muito influentes no cenário atual que se organizou e deu suporte aos sujeitos foi à organização da comunidade, no qual quando se refere ao lugar de moradia do ribeirinho, localiza-o como morador de uma determinada comunidade, pois é nela que ele cria, recria e socializa os seus saberes. É nela que ele se constitui enquanto sujeito social e tem seus direitos referendados, exerce a solidariedade e disputa os espaços. É na comunidade que ocorre a dinâmica da vida cotidiana nos aspectos políticos, sociais, culturais, e porque não dizer dos educacionais.

É importante destacar a importância dessa resistência para tratar em um contexto geral dos desafios enfrentados nos contextos educacionais mencionados anteriormente, pois quando se trata de inclusão social, é necessário destacar que as populações ribeirinhas são as que mais sofrem, porque quando na comunidade existem um, dois ou até três sujeitos com necessidade especial, o poder público não acha a necessidade de implantar atividades específicas para aquele pequeno grupo, mas na verdade o que acontece é uma generalização, ou seja, atribuem uma característica de aprendizado igualitário para todos, sabendo que existe peculiaridades entre os sujeitos, mas os tornando iguais quando essa diferença é usada como inferiorização.

Diante disso, percebe-se que o cotidiano das populações ribeirinhas, é pleno de ensino e aprendizagem, de desafios, de relações de resistências em coletivo na comunidade, de carências e anseios principalmente na educação, e que necessitam romper com essa realidade precária que lhes é imposta, sendo assim necessária a efetivação de políticas públicas que sejam capazes de pensar em uma educação a partir da identidade dessas populações, no qual elas são o pontapé inicial da construção e resistência de um determinado objetivo. Assim, faz-se necessário pautar a seguir, o cenário que foi conquistado através de intensas lutas, processo esse marcado por agentes sociais fortemente importantes, que foi a conquista da construção da atual escola trabalhada aqui.

A Atual Escola da Comunidade: Fruto de Resistência

Algumas investigações para essa pesquisa realizaram-se no período de 28 de Agosto a 01 de Setembro de 2017, período no qual foram coletadas as principais informações, investigando sobre as práticas educacionais que possibilitam uma formação às crianças, mostrando que os principais contextos de construção e resistência educacional, foram marcados por grandes mudanças, desde o primeiro espaço construído, até a atual escola (que

pode- se destacar coma terceira fase do processo de resistência), que mesmo ainda precária continua funcionando. Assim, foram entrevistados o diretor da escola, duas professoras e dois pais de alunos. Mas para isso faz-se necessário descrever como a escola em si está estruturada, tanto fisicamente, como pedagogicamente.

O espaço físico escolar possui grande importância para o corpo discente, uma vez que ele será o cenário diário de estudo, discussões, debates, reflexões, convívios sociais e lazer. Esse espaço deve ser convidativo para os alunos, representando relações de intimidade e afetividade, que pode se manifestar através da apreciação visual ou estética e pelos sentidos a partir de uma longa vivência. E a estrutura pedagógica deve estar baseada nos fundamentos educacionais que correspondem aos desafios e que elevem o ser humano como agente do processo de construção do conhecimento, na dimensão da sua integridade e integralidade, daí a importância da estruturação da escola para uma boa ação pedagógica.

Diante disso a escola em discussão tem uma estrutura física construída em madeira, dividida em vários setores, sendo três salas, uma diretoria, uma biblioteca, uma cozinha, uma área que serve como refeitório, lazer e brincadeiras e ligada ao rio e a algumas casas ao seu entorno, por pontes. Cada sala é composta de mesa e cadeira (do professor e dos alunos), quadro branco e um bebedouro provisório em cada uma, sendo que a água é ingerida no seu estado natural, devido a falta de energia na escola, mesmo que a comunidade já usufrui, e esta ainda não foi liberada por falta de recurso da Prefeitura do município, pois o qual a escola possuía atualmente não está funcionando, pois o mesmo está com defeito, e segundo o diretor ainda não foi consertado também por falta de recurso financeiro.

O acervo da biblioteca da escola está enfrentando problemas de conservação, devido à estrutura da escola ser de madeira fica mais suscetível à grande quantidade de cupim (inseto que se alimenta principalmente de madeira e outras matérias vegetais e seus derivados) que há alguns meses acabaram com grande parte dos livros, revistas e alguns materiais pedagógicos. E por fim, a diretoria é composta de mesa e cadeira, computador, impressora (que estão parados), e um armário. Assim, percebemos intensas dificuldades através do exposto e também no relato do diretor entrevistado:

A gente percebe que as dificuldades são grandes; não temos uma estrutura adequada para os alunos; o prédio tá caindo; as gestões anteriores não conseguiram ficar muito tempo; estou a pouco tempo aqui na escola, e me esforço muito, mesmo tendo uma família pra sustentar; me preocupo com a estrutura da escola e com a vida dos

alunos, porque eu quero que eles saiam daqui com o foco de entrar numa Universidade, e eu sei que a estrutura dessa escola não ajuda muito na educação deles, porque criança quer brincar e comer e também isso faz parte do crescimento delas, e pra estudar tem que ter material didático. (FERREIRA, 2017)¹¹

Percebe-se com clareza na fala do diretor, a grande carência que a escola ribeirinha sofre por apresentar ausência da maioria dos recursos necessários a educação, pois os desafios que emergem da ausência do poder público em suprir a demanda mínima necessária, estão presentes na maioria das escolas da zona rural (ilhas e campo), muitas vezes interferindo na realização da ação pedagógica, pois não se pode olhar para esse contexto e enxergar um único problema apenas. Os desafios são desde a falta de recursos como energia elétrica, água própria para consumo, estrutura física decadente, como a falta de preparo acadêmico por parte dos professores, sendo essa uma realidade da maioria das escolas ribeirinhas, e da escola em discussão, que tanto no início da construção e resistência educacional até o atual contexto da mesma, estiveram presentes. Para isso faz-se necessário salientar qual o papel da atual escola para a comunidade, mostrando qual seu objetivo através da resistência em coletivo.

Além dos desafios enfrentados na questão de estrutura física, a escola sofre também com a falta de preparo acadêmico, pois através de relatos dos professores há uma carência nesse contexto, levando muitas vezes, a uma realização mal sucedida da ação pedagógica, sabendo que esta quando pensada no ponto de vista da alfabetização, leva a uma percepção por parte do professor, no qual este tem o papel fundamental na vida do aluno e precisa atuar nas dimensões sociais, culturais e individuais deste, e o planejamento configura-se como um aliado insubstituível, porque é um instrumento básico para que todo o processo educativo seja desenvolvido com uma ação unificada, visto que integra recursos a partir do contexto escolar direcionados à ação educativa, e para isso precisa-se da preparação acadêmica por parte dos professores. Nesse sentido, conversando com uma professora, a mesma que tem que se deslocar da cidade para atuar na escola, me relatou que:

Eu tive que aprender muita coisa, porque quando saí da universidade, não saí totalmente preparada, porque a gente sabe que não dá pra sair totalmente preparada. Uma coisa é teoria, outra coisa é a prática. Como trabalho com uma aluno com

¹¹ Edivandro Ferreira, diretor da escola municipal Anjo da Guarda – Entrevista: 30/08/2017.

necessidade especial, tenho que dá o melhor de mim, pois cada dia é um desafio pra gente. (FERREIRA, 2017)¹²

Evidencia-se assim, na fala da professora, que a ação pedagógica ultrapassa os limites da sala de aula, ou melhor, dos próprios ambientes escolares. Trata-se de uma ação pedagógica que enfrenta os problemas sociais e todos os contextos desafiadores: questões sociais, econômicas, culturais e geográficas. Convém ressaltar também que, a ação pedagógica enfrenta os desafios relacionados à formação de equipes, ou seja, diante de situações emergenciais, é necessário que haja um treino no qual desenvolva nos educadores a competência de gestão de conflitos para que problemas sejam resolvidos de forma que eles não venham prejudicar o ambiente escolar. Vemos nesse sentido, outra forma de resistência.

Os desafios que emergem tanto da ação pedagógica, como da carência dos recursos, principalmente para os recursos físicos da escola, são analisados na fala de um professor e do diretor, ambos entrevistados, sendo estas uma ferramenta juntamente como os agentes sociais que participaram e que estão até hoje contribuindo na resistência educacional da escola. Dessa forma, a importância de ouvir os sujeitos, é também um instrumento de resistência, pois através das palavras eles transpassam seus objetivos, anseios e relatos das lutas. Portanto, como afirma Vygotsky:

As palavras constituem o microsomo da consciência. Elas contêm o significado singular e o coletivo, o pessoal e o social. Qualquer que seja a sua dimensão, o significado da palavra é sempre um fenômeno tanto da fala quanto do pensamento. Significando um processo vivo e dinâmico que estabelece conexões entre as ações do sujeito e seus processos cognitivos, afetivo-volitivos e os processos sociais. (VYGOTSKY, 1989, p. 69)

De fato, o diálogo através das palavras contribui no crescimento dos sujeitos (pais, alunos, professores, e a comunidade em geral), gerando um reconhecimento pessoal, tanto na vida cotidiana, social e profissional, contribuindo também no contexto educacional, no qual estes estão inseridos, atuando direta ou indiretamente.

Como foi mencionado anteriormente sobre a estrutura pedagógica, vale mencionar que a escola, possui em seu quadro pedagógico: o diretor, seis professores, sendo três atuando no turno da manhã nas séries do pré-escolar, 2º e 3º ano do ensino fundamental, respectivamente.

¹² Benize Ferreira, professora que leciona na Escola Municipal Anjo da Guarda – Entrevista: 28/08/2017.

No turno da tarde, atuam os outros três, sendo um no 4º ano, um no 5º, e o último trabalha com um aluno portador de deficiência auditiva, que com grandes dificuldades a escola conseguiu um profissional para essa especificidade.

A escola também usufrui do programa Mais Educação que foi criado pela Portaria do MEC nº 1.144/2016 e regido pela Resolução FNDE nº5/2016, no qual tem a finalidade do melhoramento da aprendizagem dos alunos nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática no ensino fundamental, ampliando a jornada escolar das crianças e adolescentes. Nesse ano, foi implementado a realização do acompanhamento pedagógico nos campos de artes, cultura, esporte e lazer. Assim, a realização desse programa na escola ainda apresenta deficiência, pois a mesma ainda não possui um espaço específico para a realização das atividades.

Na perspectiva de contribuir para o crescimento e resistência da escola faz-se necessário enfatizar a atuação dos agentes sociais, no qual fazem uma interligação com a escola desde o surgimento desta até o atual contexto, através da participação de sujeitos que estiveram em busca de condições educacionais propícias para a comunidade utilizando as palavras, a determinação e a coletividade como forma de resistência. Assim, é importante mencionar a influência e a relação deles com a escola em si.

A Relação Entre os Agentes Sociais e a Escola

Para Corrêa (2011), “a produção do espaço é o resultado da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles e com outros segmentos de sociedade”. Dessa forma, é notório perceber que desde o processo histórico da escola, até o presente momento, o espaço foi palco da atuação de agentes sociais com historicidade e interesses, que geraram alguns conflitos internamente, mas que obtiveram como resultado a conquista de objetivos através da resistência sustentados por esses agentes.

A discussão em torno da noção dos agentes sociais nos remete ao contexto no qual ela emerge. Nesse caso, estão pautados no campo da educação, no qual a ênfase na produção da vida social pelos indivíduos tem início nas críticas e questionamentos feitos à determinada inquietação que nesse contexto foi o objetivo de conseguir alcançar melhores condições educacionais resistindo às condições que não lhes eram propícias.

Assim, primeiramente houve uma conversa da comunidade com os sujeitos, incluindo os professores e alunos, que através da utilização das palavras nesse diálogo iniciaram um processo que dignificou a população da comunidade de Bom Jesus. Essa questão hoje é pouco frequente no contexto da escola, mas que mesmo ainda sendo a minoria reforça o interesse da participação dos pais no aprendizado dos filhos, mostrando resistência, pois é notório notar ausência total dos pais na maioria das escolas. Essa minoria participativa pode ser evidenciada na fala de uma mãe entrevistada, no qual ela diz o seguinte:

Meu filho tava se sentindo com grande dificuldade em aprender a ler e escrever e eu não entendia o porquê; fui até a escola e conversei com a professora pra saber qual era a dificuldade. Ela me disse que meu filho andava um pouco distraído. Aí eu falei pra ela o ajudar no que pudesse. No início ela ficou um pouco retraída, mas conversei e expliquei que era um bom filho, mas que precisava de muita paciência, principalmente dela, que tinha formação acadêmica. (Entrevista cedida em 31/08/17)

Percebe-se assim, o diálogo como instrumento de grande importância nessa construção, pois contribuem na possibilidade de reflexão por parte dos sujeitos. Assim, ocorre a construção do bem comum e permite estabelecer uma relação com lucidez de discernimento de escolhas. Então, uma das formas de ocorrer o entendimento entre os sujeitos levando-os a compreensão de uma determinada situação, percebida no relato de uma mãe residente da comunidade. O agente social destacado são os pais, muito importantes nesse processo, tanto na contrapartida que originou no surgimento da escola, como na contribuição de participação dos pais no acompanhamento educacional e social dos filhos.

Outro agente social muito importante nesse processo foi à igreja. Quando me refiro em igreja, não faço distinção em religião como católica ou evangélica. Mas sim, de uma abordagem mais ampla, na qual é estabelecida uma junção das distintas religiosidades, na qual têm se constituído um componente essencial das culturas do campo. Nesse sentido, essas práticas religiosas influenciam no processo de construção e resistência educacional, pois os alunos também aprendem a importância da união, do respeito e da coletividade, e isso sem dúvida, contribui para o crescimento educacional do aluno. Mas o que fazer com o aluno que por algum motivo não queira participar das atividades? A questão da diversidade não é uma coisa simples de ser resolvida, pois sabemos que principalmente nas escolas existem diversos grupos religiosos, incluindo divisões internas e dissidências, e para que haja respeito por

todos faz-se necessário promover atividades que integrem todos igualmente, e na escola pesquisada essa prática atualmente acontece, no qual a mesma se mantém neutra, ou seja, não defende uma ou outra religião, mas ensina valores de resistência e respeito.

E por último, destaca-se como outro agente social muito importante nesse processo, a Associação de Moradores das Ilhas de Abaetetuba (AMIA), que atua como movimento social integrando a comunidade em si e a escola, realizando reuniões e parcerias, mesmo que raramente, mas que foi um movimento de grande influência no processo de construção e resistência educacional, visto que a instituição em todo seu processo histórico é portadora de valores educacionais incentivando os próprios moradores das comunidades das ilhas a ver na educação um ponto primordial para tornar a vida de crianças e jovens distante da violência e da criminalidade e formar cidadãos protagonistas de sua própria história e que também tenham a consciência da importância de lutar em defesa da vida. A partir do momento em que a entidade ganha reconhecimento jurídico, as discussões em prol de políticas públicas ficaram mais fáceis, pois todos os projetos e lutas por direitos e as conquistas vieram suprir, as necessidades que durante anos foram ignoradas pelo poder público, neste sentido a AMIA através dos projetos implantados, junto às famílias ribeirinhas vem construindo uma nova identidade para esse sujeito campesino.

Portanto, a definição de escola ribeirinha tem sentido somente quando pensada a partir da resistência educacional, das peculiaridades dos sujeitos inseridos e da atuação dos agentes sociais que as tornam instrumento de atributos e identidades de escola. Isso é mostrado no parágrafo único do artigo 2º das diretrizes operacionais para a Educação do Campo:

A identidade das escolas do campo é definida pelas questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na sua temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa dos projetos que associem as soluções por estas questões à qualidade social de vida coletiva no país. (MEC, 2016, p.37)

Dessa forma, a resistência educacional ainda é sustentada por agentes sociais, que podem ser entidades, movimentos sociais e os sujeitos que podem ser os pais, atuantes e que tem um papel importante nessa construção com uma resistência que supere os desafios e os obstáculos que se levantam.

Considerações Finais

Considerando o exposto, constatou-se por meio das pesquisas que o contexto educacional ribeirinho, foi sustentado por diversos fatores, como os agentes sociais e a construção da identidade ribeirinha dentro desse contexto de educação, e é claro na comunidade em que os sujeitos estão inseridos, tornando-se uma porta de acesso para lutar em favor dos direitos sociais que se encontram relegados para alguns setores da sociedade como é caso identificado nesse contexto.

As imagens das escolas ribeirinhas, ainda são caracterizadas como lugar de inferioridade e atraso, principalmente por parte do Governo, surgindo à necessidade de políticas voltadas para a formação dos sujeitos inseridos no contexto da educação, para que haja a oportunidade dos mesmos usufruírem o direito de estudar em escolas de qualidade, para que assim consolidem sua cultura, seus valores e reconheçam o processo de construção e resistência educacional da Escola Municipal Anjo da Guarda, perpassando para outras gerações a importância deste processo.

A importância da inserção da escola na comunidade, reflete na vida dos ribeirinhos, nos aspectos de construção de conhecimentos, de resistência, de identidade, e mais ainda, na disseminação de cultura, saberes e peculiaridades para a sociedade em geral, mostrando que o “atrasado”, cresce, luta, conquista, e resiste, agregando sujeitos em um ambiente que transmite a essência ribeirinha.

Referências Bibliográficas

CORRÊA, R. L. **Agentes Sociais, Escala e Produção do Espaço**. In **A Produção do Espaço Urbano: Agentes, Processos, Escalas e Desafios**. Org. A.F.A. Carlos, M.L. de Souza e M.E.B. Sposito. São Paulo, Contexto, 2011.

FERRANTI, Adelino, 2013. **A política Educacional no município de Abaetetuba**. In. (SOUSA, 2009; MACHADO, 2008; GESPAN, 2004).

_____. **A política Educacional no município de Abaetetuba**, 2013. In: SOUSA, Iris Amaral. O que fazer do poder público municipal na Amazônia: Os caminhos da política educacional em Abaetetuba/PA. São Paulo, 2009. Tese (Doutorado)- PUC/São Paulo.

HAGE, S. A. M; JÚNIOR, Acyr de Gerome. Ser professor ribeirinho: os desafios que emergem da Educação e da ação pedagógica em escolas ribeirinhas na Amazônia. (Orgs.) Waldir Ferreira de Abreu, Damião Bezerra Oliveira e Érbio dos Santos. Educação Ribeirinha:

Saberes, vivências e formação no campo, 2ªed. Belém/PA. GEPEIF-UFPA, 2013. In: FREIRE, Paulo 1991.

INEP. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo Escolar da Educação Básica- 2016/ Notas Estatísticas**. Brasília- DF. 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: Set. 2017.

LOPES, Amanda Cristina Teagno. **Educação Infantil e registros de práticas**. São Paulo: Cortez, 2009- (Coleção docência em formação Série educação infantil).

MEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-mais-educacao>. Acesso em: Set. 2017.

_____. Resolução CNE/CEB n.1. **Diretrizes Operacionais para educação básica na escola do campo**. Brasília- DF, 2016.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.